



COMISSÃO INTERMINISTERIAL PARA OS RECURSOS DO MAR - CIRM
ATA DA 42ª SESSÃO ORDINÁRIA DO GRUPO DE INTEGRAÇÃO
DO GERENCIAMENTO COSTEIRO (Gi-Gerco)

Sala de Reuniões da Secretaria da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar
-SECIRM

Brasília - DF, 11 de Abril de 2012. Horário: 14:30 às 18:30 horas

Coordenação da Reunião: Adalberto Eberhard (MMA) / Comandante Celso Moraes Peixoto Serra (SECIRM)

Relatoria: Adalias Freires Bastos (MMA)

ÓRGÃO	PARTICIPANTE(S)
MB	Antonio Joaquim Gonçalves Moreira
MT	Edison de Oliveira Vianna Vieira Junior
MMA	Adalberto Eberhard
MP	Ricardo Dislich
Mtur	Rafaela Lehmann
MME	Christina Elizabeth Paes de Vasconcelos
MPA	João Dias
MPA	Michelle Xavier dos Santos
MPA	Michelly de Mattos
Ibama	Jailton Dias
MI	Vaico Oscar Preto Filho
MME	Antonio Edson Guimarães Farias
SECIRM	Celso Moraes Peixoto Serra
MCTI	Claudia Alves de Magalhães
MCidades	Cléo Alves Pinto de Oliveira
MCidades	Fernanda Ludmila Elias Barbosa
Representante G-17	Sandra Ribeiro

PROAM	Carlos Bocuhy
SEP	Andréa Lepesqueur
Antaq	Maria Luíza Almeida Gusmão
ABRAMPA	Sheila Cavalcanti Pitombeira
ABRAMPA	João Akira Omoto
ABEMA	Andrea Olinto
UNIVERSIDADES	Marcus Polette
UNIVERSIDADES	Alexander Turra
Petrobras	Denise Alho
ANAMMA	Antonio Fernandes Cavalcante Junior
MMA	Leila Affonso Swerts
MMA	Adelias Freires Bastos
MMA	Cláudia Regina dos Santos
MMA	Márcia Regina Lima de Oliveira
MP/SPU	Reinaldo Magalhães Redorat
MP/SPU	Rosane C. Gomes
MP/SPU	Cícero R. S. Junior
Petrobras	Fernando Almeida
Instituto Pólis	Nelson Saule Junior

15

1. ABERTURA

(42ª Sessão Ordinária Gi-Gerco)

Cerca de 24 instituições presentes.

20

A sessão foi aberta pelo representante da SECIRM Comandante CELSO SERRA, que em nome do Almirante MARCOS JOSÉ, Secretário da CIRM, deu as boas vindas aos participantes e em seguida passou a palavra para o Coordenador do Gi-Gerco, o Sr. ADALBERTO EBERHARD, diretor do Departamento de Zoneamento Territorial (DZT) da SEDR/MMA, que deu as boas vindas ao setor acadêmico, representado no colegiado pelos professores MARCUS POLETTE, da UNIVALI e, ALEXANDER TURRA, da USP, afirmando a importância da presença da academia, demanda antiga do colegiado.

25

Justificou a ausência, do agora ex-Secretário, Sr. ROBERTO VIZENTIN que no dia anterior (10/abril) tomou posse, como presidente do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), devendo assumir como Secretário da SEDR, possivelmente, o Sr. PAULO GUILHERME FRANCISCO CABRAL, membro da equipe da SEDR, que como secretário, poderá realizar a abertura das próximas reuniões.

30

Comunicou que, aproveitando a vinda para a reunião do colegiado, dos representantes dos municípios, das universidades, da sociedade civil, hoje inaugurou uma nova fase no Gi-Gerco, convidando o grupo para uma reunião preparatória, buscando nivelar conteúdo, conceitos e, discutir a realidade costeira, a olhar e pensar o papel desse coletivo na efetiva gestão da costa brasileira. Afirmou que paralelamente provocaremos encontros setoriais entre membros do colegiado, aprofundando as discussões e propondo ações, buscando tornar efetiva a participação do colegiado na gestão costeira, considerando que, lamentavelmente, hoje há muitos informes e

35

poucas deliberações.

2. PROVIDÊNCIAS ADMINISTRATIVAS

2.1 Adoção da Agenda

40 Pauta aprovada com as inclusões dos informes, sobre despesas para atender demandas a partir do Gi-Gerco solicitada pelo Comte. SERRA (SECIRM) e, da ABEMA, sobre ofício da Capitania dos Portos aos Municípios, solicitada pela Sra. ANDRÉA(ABEMA).

2.2 Aprovação da Ata da Sessão Anterior

45 Após considerações do Sr. ADALBERTO e, manifestações do colegiado, a ata da 41ª sessão do Gi-Gerco foi aprovada.

3. NOTÍCIAS/INFORMES

3.1 INFORME: Rio+20

(Sra. Leila Swerts - MMA)

50 A Sra. LEILA (MMA) comentou que os preparativos para a Rio + 20 estão se intensificando, há muitas indefinições com relação as datas e eventos, mas o objetivo é compartilhar com o colegiado, o que temos de informações.

55 Como sabemos os eventos acontecerão em três períodos, sendo que no período da pré-conferência, acontecerão os Diálogos Desenvolvimento Sustentável - DDS, Painéis que buscam o engajamento e debate com diversos atores da sociedade civil, nacional e internacional, planejados para sessões com duas mil pessoas, sendo necessário, o credenciamento.

Como parte do DDS, organizado pelo MRE, está o Painéis Oceanos, prevendo palestrantes internacionais, confirmando a importância do tema no cenário internacional.

No tema que nos cabe existe uma convergência de esforços, envolvendo a CIRM, MRE e MMA para identificação de oportunidades.

60 Estão no cenário, a realização do *Ocean Day at Rio+20* e dois eventos do programa GPA PNUMA, sobre Nutrientes e Lixo Marinho, que farão parte da programação oficial (Pavilhão PNUMA). A COI e o CGEE também têm eventos previstos sobre oceanos.

3.2 INFORME: GPA - Programa de Ação Global para a Proteção do Meio Marinho Frente às Atividades Baseadas em Terra - Encontro de Manila-Filipinas (Sra.Leila Swerts - MMA)

65 Falando sobre o Programa de Ação Global - GPA, que é um programa do PNUMA, dirigido à mitigação e prevenção da degradação dos ambientes marinhos e costeiros, causada por atividades baseadas em terra, apresentado na 41ª sessão do colegiado, a Sra. LEILA (MMA) informou que o MMA, esteve presente na reunião que aconteceu em Manila-Filipinas, em janeiro, na qual foi reafirmado o compromisso com o programa do PNUMA e, o plano de trabalho 2012-2016, onde se estabelece três focos como alvo para ações: Nutrientes, Esgotos e Lixo Marinho.

75 Assinalou que um processo regular de avaliação está em andamento e que reflexões no âmbito do MMA, indicam que o Brasil implementa várias ações setoriais, no âmbito das políticas, de Saneamento e de Resíduos Sólidos, entre outras, que endereçam as questões postas em Manila, estando em análise a decisão de como mostrar resultados no âmbito do programa. Acrescentou que não há clareza se isto está bem resolvido, mas entendemos que o Brasil não tem a questão amadurecida.

Comentou que a Gerência Costeira do MMA, entende que o GPA poderia ser um programa catalizador de projetos de Monitoramento e Acompanhamento de ações no espaço marinho.

80 Complementando, o Sr. ADALBERTO (MMA) apontou que há correlação entre a contaminação marinha e os impactos que sofrem as bacias hidrográficas, na questão de sedimentos, oriundos dos processos de saneamento urbano, e principalmente a presença dos

nutrientes aplicados nos processos agrícolas, e que segundo pesquisas, 70% acabam lixiviados para dentro dos rios, eutrofizando, rios, bacias e a zona costeira, onde está a maior produtividade marinha. Destacou que o programa não tem uma preocupação somente marinha, mas trabalha a questão dos reflexos sobre o mar, das atividades antrópicas no continente e, entendemos que o GPA seria o guarda chuva de todas as ações dos programas incidentes no processo. A grande necessidade é o monitoramento das nascentes e o entendimento das interfaces dos programas com as bacias hidrográficas e o consequente impacto sob o mar. Argumentou que concretamente, toxinas são identificadas nas análises de sedimentos em dragagens portuárias, havendo indicações da grande quantidade de sedimentos tóxicos decorrentes do processo difuso de poluição do mar.

3.3 Seminário Câmara

(Sra. Márcia Oliveira - MMA)

Seminário Regional do Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro

Falando sobre o Seminário Regional de Gerenciamento Costeiro, que debaterá e diagnosticará a situação atual da implantação e operacionalização do Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro (PNGC) com visão regional, estruturado no âmbito da Comissão da Amazônia, Integração Nacional e de Desenvolvimento Regional (CAINDR) e, destacado na 41ª sessão do colegiado, a Sra. MÁRCIA (MMA) informou que está aprovado o requerimento parlamentar para realização do seminário e, que em duas reuniões com a equipe da Câmara dos Deputados, para organização do seminário, este foi inicialmente formatado com uma palestra de abertura, quatro mesas de diálogos e uma sessão plenária.

Afirmou que as mesas tratarão dos temas; Territórios e Zona Costeira, Histórico das Ações de Gestão Costeira desde 1996, Participação Social no Processo de Gerenciamento Costeiro com Comunidades de Pescadores, Reservas Marinhas e a última mesa tratará dos Mecanismos Econômicos para apoiar a implementação dos instrumentos previstos no PNGC.

Destacou que a primeira mesa, Territórios e Zona Costeira, buscará caracterizar e identificar os principais vetores de pressão, problematizar a Zona Costeira, para então falar sobre o PNGC. Comentou que há a idéia de convidar o Dr. MARCOS BENJAMIM HERMANN para falar sobre os marcos legais, que seria a Palestra de Abertura do evento.

Para a segunda mesa, Ações de Gestão Costeira, pensou-se analisar as ações desenvolvidas desde a década de 90 pelo MMA no âmbito do PNGC, com suporte financeiro do PNMA II.

A terceira mesa, Discutir a Participação Social, será a oportunidade para dialogar com as Representações de Pescadores, Reservas Marinhas e permitirá entender qual é a expectativa da sociedade civil sobre o processo de gerenciamento costeiro.

Finalmente a quarta mesa, Mecanismos Econômicos, traria a posição do BNDES, como gestor do Fundo Amazônia e a presença da Confederação de Secretários de Fazenda e das instituições de fomento, oportunizaria o debate sobre como internalizar e apoiar a implementação dos instrumentos previstos no PNGC.

Concluindo, informou que os organizadores ainda estão na fase de notificar os convidados, que receberão em breve os convites, emitidos pela comissão da Amazônia e que o dia 22 de maio, está como indicação de data do evento.

O Sr. ADALBERTO (MMA) indagou, se no momento, existe espaço para receber contribuições do colegiado e, em sendo a resposta afirmativa, o Sr. CARLOS BOCUHY (SOCIEDADE CIVIL) colocou duas questões. A primeira sugere a perspectiva de trabalhar no gerenciamento costeiro uma visão do limite aceitável da capacidade de suporte ambiental para os ecossistemas marinhos e, o papel da academia no sentido de apontar caminhos para a construção de indicadores e para a gestão, a partir da visão da capacidade de suporte ambiental. Como segunda questão, considerando dois fatores fundamentais diante da Rio +20, coloca indagações de como seriam os mecanismos de controle social sobre financiamento de organismos multilaterais e, como é que a sociedade civil poderia realizar este controle social e,

sob a questão da participação social em conselhos de gerenciamento costeiro e municipais, inquiriu como estimular a participação nos conselhos para alcançar o controle social.

135 A Sra. CHRISTINA (MME) enfatizando ser fundamental a discussão do marco legal, da legislação pertinente e, trabalhar os instrumentos do PNGC e do decreto federal 5.300/2004, pois o seminário está focado na região norte, argumentou não ser o momento de levantar as preocupações com problemas de erosão local, entre outros e, assim perder o foco estabelecido, pois o seminário é previsto para apenas dois dias.

140 A propósito da questão colocada pelo Sr. CARLOS (SOCIEDADE CIVIL), a Sra. MÁRCIA (MMA) assinala que o seminário contempla as questões na ótica dos atores sociais da região norte, que remete ao tema principal que são as demandas das Resex e Comunidades da região.

145 O Sr. POLETTE (ACADEMIA) acha interessante haver uma relação política dentro do processo, sugere identificar representantes eleitos oriundos dos municípios costeiros e estimular a constituição de uma frente parlamentar, que apoiaria a implementação de ações do gerenciamento costeiro.

150 Destacando a identidade do seminário, o Sr. ADALBERTO (MMA) fez a reflexão de que o seminário seja uma oportunidade de democratizar e socializar o conhecimento, para sair-se da zona de conforto, chegar-se em outros planos e discutir-se com o mesmo nível de conhecimento levando o diálogo aos tomadores de decisão, aos políticos, e a todos que precisam acumular o conteúdo necessário para mudarem as diretrizes e as políticas públicas para a região.

155 Concordando com a questão política que é colocada e, que “a gente precisa tornar real esta percepção das questões do marco legal, da sustentabilidade”, o Sr. CARLOS (SOCIEDADE CIVIL), ressaltou que as questões de essência nestes momentos de reflexão sempre são fundamentais, porque acabam desenvolvendo a capacidade de reflexão, que levam a formação desses atores. Defendeu que, mesmo sendo o seminário focado na problemática regional do norte pode-se trazer alguns elementos que ainda não se conseguiu dimensionar para fazer a gestão costeira, que é o limite dos ecossistemas, a capacidade de suporte, e aprofundar a metodologia para trabalhar conjuntamente de forma multidisciplinar os indicadores que apóiam a gestão costeira. Mesmo sendo significativo ressaltar porque este marco legal existe, é fundamental indicar quais seriam os instrumentos para aprimorar a aplicabilidade do marco legal.

3.4 INFORME: Projetos Fundo Clima

(Sra. Leila Swerts - MMA)

165 Fazendo referência ao edital publicado pelo Fundo Clima em 2011, a Sra. LEILA (MMA) informou que entre os projetos apresentados, quatro foram contratados e terão o apoio do Fundo Clima. Fazem parte do esforço da gerência costeira no mapeamento da vulnerabilidade em escala local, que serão subsídio na construção de uma metodologia para a vulnerabilidade.

170 Com a Fundação de Apoio a Universidade do Rio Grande (FURG) foi contratado o projeto, Ação Integrada de determinação da vulnerabilidade das ocupações urbanas do litoral norte do Rio Grande do Sul a elevação do nível do mar; com a Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) contratou-se, Identificação e mapeamento das áreas vulneráveis da zona costeira de PE e os riscos potenciais decorrentes das alterações as mudanças climáticas; com a Fundação de Amparo a Pesquisa Extensão Universitária (FAPEU/UFSC) o projeto, Metodologia para quantificação de riscos costeiros e projeção de linhas de costa futuras como subsídios para estudos de adaptação de zonas costeiras do litoral norte da ilha de Santa Catarina e regiões do entorno e, finalmente com a Universidade de São Paulo (USP), o projeto, Variações nas taxas de recrutamento e potencial reprodutivo de invertebrados do inter-maré de costões rochosos em resposta as alterações bruscas do nível do mar guiados por tempestades e por impactos das ondas.

180 Trazendo considerações a Sra. ANDRÉA (ABEMA) pontuou sobre a necessidade de se estabelecer critérios para que os estados desenvolvam abordagem que permita compartilhar,

dados e experiências.

3.5 INFORME: SPU - GT Eólicas – programação de ações. (Sr.Reinaldo Redorat - SPU)

185 Fazendo referência ao GT-Energia Eólica, coordenado pela SPU, criado na 40ª sessão ordinária deste colegiado o Sr. REINALDO informou que a SPU é demandada, precisando se manifestar sobre as instalações de energia eólica, principalmente em áreas de marinha, patrimônio da União, e isto não vem acontecendo.

Comentou que o MME faz a outorga, mas a gestão do espaço aquático é da SPU, atribuição oriunda da constituição.

190 Afirmou que há um passivo para regularizar a ocupação de espaços públicos que incluem estruturas privatizadas, cujas áreas precisam ser regularizadas. Informou que um levantamento realizado, mostrou que a dimensão do problema não era tratar a questão eólica, mas tratar a questão de regularização de uso dos espaços públicos, em geral.

195 Destacou que a questão tornou-se dentro da SPU um Projeto Estratégico, que estabeleça um plano de ação de gestão, regularização e destinação de espaços, que o país está demandando para atender empreendimentos. O Planejamento macro está em fase final, aguardando aprovação do comitê gestor da SPU, que o levará à Ministra do Planejamento.

Informou que após aprovação, todos os órgãos e parceiros que tenham afinidades com a atividade serão convidados para participar dos trabalhos.

200 Diante do exposto, a Sra. DENISE (Petrobras) pediu ajuda para resgatar a questão do GT-Eólica, ponderando que o MMA tinha constituído um GT e que a Petrobras manifestou interesse em participar e que até o momento nenhum convite foi formulado.

205 A Sra. LEILA (MMA) comentou que o grupo do MMA articulava a construção de uma possível resolução CONAMA, destacando que o grupo estava em fase final de trabalho, não estando aberto, naquele momento, a novas participações.¹

A Sra. DENISE (Petrobras) entende que há duas questões caminhando, uma a discussão em torno do licenciamento que envolve o IBAMA e a outra são questões fundiárias que a SPU tratará no planejamento informado. Assinalou que a Petrobras quer participar de ambas.

210 Com os desdobramentos, a Sra. ANDRÉA (ABEMA) argumentou que a questão se ampliou, destacando que as tratativas estão dirigidas ao uso e a ocupação do espaço marinho, o que representa uma dimensão maior, merecendo uma discussão mais ampla, talvez uma normatização, para o uso e a ocupação do mar, pois o assunto é delicado e importante no Gerenciamento Costeiro e Marinho.

215 Diante do exposto o Sr. ANTONIO FERNANDES (ANAMMA) argumentou que os municípios devem participar desta discussão, lembrando que não se licencia nada sem a certidão de uso e ocupação do solo, que é emitida pelas prefeituras. O MME faz os leilões de outorga e quando chegam lá os empreendedores, não existe posição de permissão na legislação, demandando à Câmara para colocar a questão na Lei. Para solucionar isto, é fundamental que este processo se desencadeie de outra forma.

220 O Sr. ADALBERTO (MMA) destacou que isto reflete a fragilidade do instrumento ZEE Costeiro, que não estabelece critérios de uso e ocupação com base nas vocações reais.

Como encaminhamento propôs resgatar e enviar o tema aos participantes, acrescentando que o

¹ Após a reunião foi confirmado com área responsável no MMA: o GT informal, apresentado na 40ª Sessão do Gi-Gerco, fechou a minuta de Resolução Conama, que está em tratativas de encaminhamento; o GT deve continuar seu funcionamento, inclusive com a formalização por meio de portaria, para discussões além dos procedimentos para o licenciamento, como instrumentos de planejamento (zoneamento, mapeamento de aptidão), prazos, etc; nesta nova etapa a composição do grupo será revista, com a maior interação com o Gi-Gerco.

mesmo permanece na pauta da próxima sessão.

225 3.6 INFORME: Planejamento Espacial Marinho no Brasil – PEM (Sra. Leila Swerts - MMA)

Na 41ª sessão do colegiado, a Oficial da Unesco fez um informe sobre o evento, que trataria do PEM, um dos programas da Comissão Oceanográfica Intergovernamental (COI).

230 A Sra. LEILA (MMA) informou que em 21 e 22 de novembro (2011) aconteceu um *Workshop* com a participação de especialistas com experiências em processos semelhantes e que o assunto foi pautado na reunião do Plano Setorial para os Recursos do Mar (PSRM). O debate procurou esclarecer o processo e responder a quem interessaria o PEM, quais recursos deveriam ser mobilizados, que instituições deveriam estar envolvidas, etc. O entendimento do colegiado naquele momento foi o de que não havia a necessidade posta, sendo consensuado que a adesão ao programa não era oportuna no momento.

235 Abrindo as discussões o Sr. POLETTE (ACADEMIA) afirmou que na Univali tem trabalhado na questão do ordenamento marinho e no entendimento do processo. Afirmou que o trabalho da Comissão Oceanográfica Internacional sobre ordenamento marinho é uma metodologia interessante para ser integrada com o Projeto Orla, que não dispõe de um instrumento para o ordenamento da área marítima da orla. Precisamos de uma metodologia e seria interessante as
240 Universidades realizarem experimentos para validação ou não, do método.

O Sr. ADALBERTO (MMA) ponderou que o planejamento espacial marinho deve ser entendido como processo e que deve-se buscar um instrumento emergindo da realidade brasileira. Seria interessante não apenas validar uma dada metodologia, mas colocar um conjunto de metodologias e buscar a construção de uma estratégia para uso no país.

245 Com esta abordagem, olhando como uma indicação do colegiado na busca por um modelo de zoneamento ecológico econômico marinho e costeiro, propõe que o grupo analise um conjunto de metodologias na busca de um modelo para o ordenamento marinho costeiro.

Sob o de acordo do Sr. POLETTE (ACADEMIA) e deliberação do colegiado, ficou encaminhado que ele coordenará o grupo-academia que fará avaliação de metodologias ligadas
250 ao ordenamento do espaço marinho e a realização de três estudos pilotos.

O Sr. ADALBERTO (MMA) comentando que dispomos de uma estratégia ZEE continental, ZEE Costeiro (ainda que antiga), e que nos falta o ZEE Marinho; informou que o DZT trabalha para revisar a metodologia do ZEE e atualmente busca uma estratégia que enxergue o continente, a costa, e o mar (200 milhas) em um roteiro metodológico unificado para o Brasil, pois o ZEE, historicamente adotou uma visão setorializada.
255

O Sr. REINALDO (SPU), em decorrência da proposição para o grupo-academia estudar metodologias de ordenamento para o espaço marinho, questionou a efetividade do GT Eólica como foi proposto, ainda que com uma visão ampliada, considerando que o GT precisará de subsídios que o ZEE deverá responder, e ponderou sobre a questão dos trabalhos caminharem em diferentes direções.
260

O Sr. ADALBERTO (MMA) ponderou que um é resolução de passivo e o outro é planejamento estratégico que traçará cenários, os quais precisam enxergar energia eólica, e neste contexto a abordagem integrada dos GT's pode ser discutida.

265 Seguem discussões sobre o foco do GT Eólica, e integração de atividades entre este e o grupo-academia, ao que o Comte. SERRA (SECIRM) argumenta para os trabalhos seguirem separadamente em vista da natureza distinta daqueles. O Sr. POLETTE (ACADEMIA) comenta que o ordenamento no mar, precisa tratar o uso atual e uso potencial, a questão legal e a questão de natureza ambiental, entre outras.

270 O Sr. TURRA (ACADEMIA) pondera que o ordenamento embora demande um planejamento integrado demanda reflexões setoriais, como energia das mais variadas origens/fontes, como

recursos vivos e não vivos e que há necessidade de duas escalas de trabalho, uma setorial e outra de integração.

A Sra. CHRISTINA (MME) pontuou que "Ordenamento não é zoneamento. Ordenamento a gente remete à PNOT, que é a política. Zoneamento é instrumento. Vamos resolver as coisas por partes".

O Sr. ADALBERTO (MMA) considerando que não há inconsistência entre as propostas, entende que segue o processo coordenado pela SPU como proposto e, a Universidade segue na validação da metodologia para o PEM.

Apoiando o encaminhamento, o Sr. CARLOS (SOCIEDADE CIVIL) faz um depoimento sobre a necessidade de instrumentos de gestão, que consigam uma percepção da nossa realidade biofísica, bioquímica, e vulnerabilidade das populações, pois os instrumentos elaborados com a percepção do hemisfério norte não dão conta. O estudo de impacto ambiental, a avaliação ambiental integrada e a avaliação ambiental estratégica, com metodologias do hemisfério norte, não percebem de fato a nossa realidade e a missão dada à academia é fundamental no sentido de adquirir esta compreensão, na perspectiva do dimensionamento de uso espacial do mar que é emergente. Com relação ao controle social destes processos de uso do mar e da terra, o que acaba acontecendo é que quando questionamos um estudo de impacto ambiental no licenciamento ambiental, não se consegue equacionar dentro de uma realidade jurídica brasileira.

Afirmando que as demandas de eólicas, entre outras, estão represadas, o Sr. REINALDO (SPU) argumentou que a SPU não pode aguardar um estudo emergencial, e propõe nominar o GT coordenado pela SPU, como GT Gestão Marinha, ampliando o escopo de abrangência. Ao final da sessão o Sr. REINALDO solicitou alterar o nome do Grupo de Trabalho para GT-Gestão do Uso dos Espaços Marinhos. A proposta não foi validada.

3.7 DESPESAS (Comte. Serra - SECIRM)

O Comte. SERRA solicitou que lhe enviem email informando os recursos alocados pelas respectivas instituições em ações relacionadas com o Gerenciamento Costeiro e implementação de políticas discutidas no colegiado, inclusive despesas com a participação própria ou de terceiros.

3.8 INFORME: ABEMA (Sra. Andrea Olinto – PE)

A Sra. ANDRÉA (ABEMA) comunicou que os prefeitos estão sendo notificados pela Capitania dos Portos, para desenvolverem os Planos Municipais de Gerenciamento Costeiro - PMGC. Informou que os Prefeitos querem saber qual a orientação do colegiado e quais os critérios para a elaboração. Argumentando que os Estados não têm condições para elaborar outro planejamento propõe que se discuta o PMGC e se estabeleça critérios mínimos para o plano ter uniformidade.

Afirmando não ser atribuição da Marinha, o Sr. ANTONIO MOREIRA (MARINHA) solicitou cópia do documento para avaliação. Ponderou que talvez seja uma intenção pró-ativa do agente, ainda que a questão de ordenamento esteja relacionada à segurança da navegação, reiterou que não é da atribuição das Capitánias criar algum tipo de motivação para elaboração de planos.

O colegiado deliberou que a ABEMA dê concretude à questão de forma documental, enviando-os à Marinha e também via Gi-Gerco.

A Sra. SHEILA (ABRAMPA - MP-CE) testemunhou sobre o espanto que o acidente com jetiski, ocorrido em Santa Catarina, causou na região e, considerando um palpite, comentou que talvez a Capitania, cobrada por policiamento, demandou encaminhamentos para embasar sua diligência.

4. OUTROS ASSUNTOS

320 4.1 Programa de Desenvolvimento Regional Sustentável para municípios do litoral paulista – Petrobras (palestrante: Sr. NELSON SAULE JUNIOR, do Instituto Pólis.)

PROJETO DE COOPERAÇÃO PETROBRAS - INSTITUTO PÓLIS

325 O projeto Litoral Sustentável – Desenvolvimento com Inclusão Social é uma proposta do Instituto Pólis apresentada e apoiada mediante convênio com a Petrobras e tem por objetivo produzir um Programa Regional de Desenvolvimento Sustentável na perspectiva de integrar a atuação dos municípios na baixada e litoral norte de São Paulo.

Vários programas estão em curso, no cenário da exploração do pré-sal, como a ampliação do Porto de Santos, de São Sebastião, ampliação de estradas e vários projetos que devem causar impactos ambientais e sociais, em uma região com características ambientais como a Serra do Mar.

330 Neste cenário foi pensado construir um programa que busque consolidar um planejamento integrado das várias políticas incidentes na região, no trato dos Resíduos Sólidos, Saneamento, da Mobilidade Urbana na área de abrangência do programa.

A proposta procura dialogar com as iniciativas na região, construir um plano de comunicação para inserção e participação social, e tratar as demandas na dimensão territorial adequada.

335 Várias fases estão previstas, passando pela adesão ao projeto, elaboração do diagnóstico nas dimensões socioeconômica, territorial, jurídica e ambiental, acontecendo Conferências, Seminários Temáticos, Consultas Públicas, Audiências e Interlocações, em todos os níveis na área de abrangência do projeto.

340 O diagnóstico urbano e socioambiental participativo que está sendo realizado aponta os desafios postos para a região, bem como os recursos disponíveis e potenciais, e servirá de base para a construção do programa que contribua para articular a atuação dos governos municipais, estadual e federal no litoral.

345 Os municípios precisam assumir um papel fundamental na implementação destas políticas e na dimensão regional articularem-se para enfrentamento das demandas e o programa pode ser um instrumento para operacionalizar o enfrentamento.

350 Destacando que a questão estuarina, da baixada santista é muito relevante, o Sr. CARLOS (SOCIEDADE CIVIL), informou que a avaliação ambiental elaborada pela Petrobras, contemplando atividades no pré-sal, usou uma abordagem pontual, limitando-se a questões da perfuração de poços, não havendo nenhuma consideração sobre o impacto ambiental devido a sinergia e correlações entre muitas outras atividades alimentadas e que seguem o desenvolvimento da Petrobras. Se o programa vier a validar uma metodologia, será necessário tratar esta questão com muito cuidado.

355 Outra questão é a capacidade de exigência social que na região, está muito comprometida, não permitindo efetividade do controle social. Isto é importante pontuar porque faz parte da crítica ao processo. Precisa ser diagnosticado a qualidade da participação social, pois benefícios recebidos financiados pelos empreendimentos neutralizam a gestão participativa efetiva operacionalizada via conselhos e associações.

360 Ficou encaminhado que o Instituto Pólis enviaria convite ao Gi-Gerco sobre os eventos a se realizarem, no âmbito do Projeto Litoral Sustentável e, que as instituições membro deveriam buscar acompanhar mais de perto as ações do projeto, de acordo com a pertinência.

4.2 Atlas Geográfico da Zona Costeira – SECIRM (Comdte. SERRA - SECIRM)

365 Foi apresentado ao Gi-Gerco trabalho conjunto realizado entre a Comissão Interministerial para os Recursos do Mar (CIRM) e o IBGE, que elaborou o atlas, lançado na Escola de Guerra Naval do Rio de Janeiro com a presença do Comandante da Marinha o Almirante de Esquadra JULIO SOARES DE MOURA NETO e da presidenta do IBGE a Dra. WASMALIA BIVAR.

O atlas segue uma abordagem que vai além das características físicas dos oceanos, oferecendo

mapas temáticos que refletem os recursos do mar, suas características oceanográficas, e aspectos socioeconômicos do litoral brasileiro com uma visão integrada dos ambientes marinho costeiro e ampla abrangência temática, abordando as dimensões histórica, demográfica, econômica, social, cultural e natural.

Finalizando o Cmdte. SERRA (SECIRM) afirmou que é importante, fornecer aos brasileiros informações que consolidem a formação de uma mentalidade marítima. O IBGE está preparando, a versão digital, que será disponibilizada no site da SECIRM.

4.3 Projeto SMC Brasil- Situação atual (Sra. Márcia Oliveira - MMA)

Apontou os avanços com o Departamento de Hidrografia Nacional - DHN, na questão dos dados para validação e calibração da base de dados. Apresentou o plano de ação para 2012, que prevê adaptações e melhorias do Sistema SMC – Brasil, através da alteração do código SMC-Espanha, para construir a nova estrutura, designada como SMC Brasil 3.0 (versão 3.0).

Está previsto neste plano a geração de um Atlas de Inundação para a costa do Brasil, incluindo ondas, maré astronômica, maré meteorológica; a realização do II Seminário Internacional do SMC Brasil; o curso de formação específica no programa, dirigido ao conjunto de técnicos e pesquisadores do governo e, aos integrantes do comitê executivo.

São coordenadores do projeto, a SPU, o MMA e a Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, a Universidade Federal do Rio Grande - FURG e a Universidade de São Paulo – USP.

A assessoria nos estudos de casos serão estabelecidas através de Termos de Cooperações com a UFSC e a Universidade Federal de Pernambuco - UFPE para apoiar o estudo de caso na região metropolitana do Recife (PE) e, com a USP, para apoiar o estudo de caso da praia de Massaguaçu em Caraguatatuba (SP).

Entre os desafios, apontou a disponibilização dos dados do SMC, a construção de políticas de acesso e utilização do sistema, a formação de núcleos de pesquisa na tecnologia do SMC e a difusão e disseminação da ferramenta, entre outros encaminhamentos construídos no I Seminário do SMC-Brasil.

A Sra. SANDRA RIBEIRO (G17) afirmou que o ES tem grande problema de erosão e investe na recuperação de praia, tendo como uma das metas, implantar o monitoramento da linha de costa. Afirmou que há recursos da Petrobrás e do Banco Mundial, para alimentar o sistema. Estão estudando e pensam em trabalhar com o SMC. Quer saber se o Estado do ES, pode ser considerado um estudo de caso, pois a consulta está respaldada na secretaria e, podem ser estabelecidos entendimentos paralelos com a gerência costeira.

O Sr. ANTONIO MOREIRA (MARINHA) solicita que o convite para participar do Comitê Executivo do SMC Brasil, indique os desafios e metas a cumprir, para que o perfil da pessoa indicada seja o mais adequado.

Com relação aos dados que o Ministério da Pesca ainda não disponibilizou, como os dados dos Planos de Maricultura, o Sr. JOÃO DIAS (MPA) informou, que serão repassados brevemente, e que o MPA tem interesse em participar do Comitê Executivo.

A Sra. LEILA (MMA) registra solicitação de apoio à Secretaria de Portos - SEP nas tratativas junto ao Instituto Nacional de Pesquisas Hidroviárias - INPH. Informou que o termo de sigilo, solicitado pelo INPH, já foi enviado.

4.4 Projeto Orla - MMA - relatório (Sra. Cláudia Santos - MMA)

O Projeto Orla - PO busca compatibilizar as políticas ambiental, patrimonial e urbana no trato dos espaços litorâneos, especialmente em áreas sob domínio da União, por meio de uma ampla articulação entre os três níveis de governo e a sociedade.

Relatando as atividades realizadas no PO informou que entre as atividades desenvolvidas destacam-se: a) Oficina na Ilha de Itamaracá (BA), para discutir a implementação de atividades Náuticas, sendo destacada a participação da Marinha, que contribuiu

415 significativamente na produção dos trabalhos. b) Oficinas I e II do Projeto Orla, em Paulista (PE), c) Oficina I de Aracruz (ES), que contou com participação da Marinha, FUNAI, ICMBio e Secretaria de Turismo do Estado. Foi destacado a importância da presença da Marinha na discussão das questões Náuticas. Há muitas Unidades de Conservação em Aracruz e a presença do ICMBio, muito contributiva, permitiu orientar e pautar diversas questões no âmbito de suas atribuições.

Como eventos planejados elencou a II Oficina de Aracruz (ES), reunião das Coordenações e da Comissão Técnica Estadual do Projeto Orla em Alagoas e o II Seminário do Projeto Orla do Rio Grande do Norte.

425 Está Programada a Audiência Pública de Paripueira no dia 20 de abril e, em processo de consolidação os PGIs de Itajaí e Porto Belo (SC), Guarujá (SP), Niterói (RJ) e Fundão (ES).

No que diz respeito ao curso de capacitação para formação dos instrutores do PO, está em fase de conclusão o processo de licitação para a contratação das empresas responsáveis pela realização dos três cursos regionais no RJ, PE e CE. A capacitação das CTE's nos dezesseis estados está em fase de planejamento na SPU onde será utilizada a mesma metodologia da capacitação da CTE/Maranhão

430 O Sr. REINALDO (SPU) destacou a importância da capacitação das CTE's. Constituídas por órgãos estaduais e federais, onde os atores são responsáveis pela gestão do espaço. Deu ciência sobre o projeto orla fluvial estuarina, e que a Universidade Federal do Pará - UFPA foi contratada para desenvolver uma adaptação metodológica.

435 4.5 Antaq - Andamento da Agenda Ambiental Portuária (Sra. Maria Luiza - Antaq)

A Sra. MARIA LUIZA(ANTAQ) registrou a continuidade do trabalho, que vêm sendo realizado em conjunto com a SEP e MMA, na revisão da Agenda Ambiental Portuária (AAP), planejando reuniões temáticas para caracterizar as ações efetivas em curso na área portuária, colocando-as no âmbito da agenda, devendo o Comitê de Articulação ser um alimentador do processo.

Programa de Conformidade do Gerenciamento de Resíduos Sólidos (Sra. Andréa Lepesqueur - SEP)

445 Apresentou relato breve sobre o Programa de Conformidade Gerencial de Resíduos Sólidos e Efluentes dos Portos Organizados Brasileiros - PGRS, que tem por objetivo realizar o inventário da situação atual em relação à movimentação de resíduos sólidos e geração de efluentes líquidos, nos portos marítimos, e a incorporação da gestão integrada de resíduos e efluentes, à realidade portuária, alinhando-a às boas práticas adotadas internacionalmente, e às exigências dos órgãos ambientais e de vigilância sanitária.

450 Informou que no âmbito do Programa Nacional de Dragagem – PND, que planeja implementar a acessibilidade aos portos, está em processo de construção um banco de dados sobre sedimentos oriundos da dragagem em portos marítimos, aderente as recomendações da resolução Conama 344 e que será disponibilizado oportunamente.

5. ENCERRAMENTO

455 O Sr. ADALBERTO (MMA) louva o retorno da ABRAMPA e passa a palavra ao Comte. SERRA (SECIRM) que agradeceu a presença de todos e encerrou a sessão às 18:30horas.

A próxima reunião do Gi-Gerco será realizada no dia 15 de agosto de 2012, às 14,30 horas.